

O OLHAR DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA ANÁLISE CONTEXTUALIZADA NA APAE DO PRATA

Melissa Assunção Franco Pereira¹
Fabricio Pelloso Piurcosky²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo conhecer a visão da equipe multiprofissional da APAE da cidade de Prata em relação à inclusão de alunos com deficiência. Para fundamentar este trabalho, foi desenvolvido o estudo exploratório por meio de pesquisa sobre o processo da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade contemporânea, abordando os aspectos legais, bem como a inclusão escolar e seu processo atual. Apresenta, também, a questão da pessoa com deficiência intelectual na família e uma análise contextualizada da instituição. Na coleta de dados utilizou-se instrumental para a pesquisa realizada com três técnicos da equipe multiprofissional da APAE, selecionados por amostragem não probabilística intencional, ou seja, a pesquisa foi feita com quem se disponibilizou a participar. Frente aos dados analisados, conclui-se que a hipótese foi confirmada, pois embora a inclusão no Brasil tenha sido muito discutida e debatida ultimamente, há uma grande carência da atuação das três esferas de governo em preparar as escolas inclusivas para receberem os alunos com deficiência.

Palavras-chave: Pesquisa. Inclusão. Pessoa com deficiência.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é uma inovação cujo sentido tem sido muito distorcido. É um movimento muito polêmico entre os mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos, no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação, e assim diz a Constituição.

¹ Formação em Serviço Social e cursando Pós graduação Lato Censo em Gestão de Organizações Sociais, realizada pelo Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS/M.G. E-mail:mel.franc@hotmail.com.

² Doutorando na Universidade Federal de Lavras, Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de São João del-Rei (2013), Especialista em Tecnologias para Comunicação e Inovação Empresarial pelo Instituto Politécnico do Porto - Portugal (2015), MBA em Gestão de TI, Especialista em Redes de Computadores e Bacharel em Ciência da Computação pelo Centro Universitário do Sul de Minas (2008, 2005, 2003). Professor em cursos de Pós-Graduação e Graduação nas áreas de Gestão de TI, Gestão de Projetos, Processos e Ciência da Computação para o Grupo Educacional Unis, Forças Armadas e Portal UOL Educação. Grande experiência no setor educacional nas áreas de gestão, pesquisa, coordenação, eventos científicos e projetos de P&D. Atualmente coordena o Departamento de Pesquisa. E-mail: fabricio@unis.edu.br.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o ingresso das crianças com deficiência nas escolas não as livra de preconceitos e discriminações, pois o espaço institucional, por si só, não é garantia desse ambiente não discriminatório. Há que se impregnar o ambiente escolar de práticas não-discriminatórias, embora não se possa assegurar que isso se dará em função do espaço formal em que as reações ocorrem, mas, muito provavelmente, em função da capacidade que os sujeitos têm de conviver de forma fraterna, respeitosa e tolerante. Da mesma forma que não se pode afirmar que o ambiente não discriminatório em escolas comuns é impossível, também não se pode dizer que nas escolas especiais predomine o ambiente segregado.

Assim sendo, a política educacional deve apontar para a abertura e amplitude de propósitos capazes de acolher o novo, o plural e o imprevisível no espaço de sua execução, e não para a imposição de limites às possibilidades de participação e apropriação do saber construído na educação especial e para o intercâmbio entre diversos campos de conhecimento implicados na educação.

Por isso, é de grande importância que o setor educacional esteja apto a proporcionar conhecimentos para que as escolas sejam capazes de oferecer ensino de qualidade para todos, através de profissionais capacitados a entender a demanda, tornando a escola, de fato inclusiva (não somente quanto à acessibilidade) e sim, sensibilizar todos os envolvidos a aceitar os alunos com suas limitações.

O sistema educacional contemporâneo tem buscado respostas para as discussões sobre o processo inclusivo iniciado na década de 1990, com o objetivo de proporcionar a equidade de oportunidades às pessoas com deficiência.

No momento, procuram-se subsídios teóricos para garantir a qualidade dessas ações, bem como a elaboração de atividades efetivas para a concepção de educação para todos.

Esse processo necessita de ações eficazes que garantam o desenvolvimento intelectual, social, afetivo e profissional da clientela a qual se destina. Para tanto, faz-se necessário subsidiá-lo com filosofia que inter-relacione as situações existentes com os ideais necessários, de modo que, qualitativamente, compreenda a diversidade nos diferentes serviços educacionais existentes, seja no ensino regular, seja no especial.

Observa-se que o processo inclusivo ainda está em fase de discussão, o que possibilita a associação de idéias com situações reais, assim atendendo ao princípio do pragmatismo, que tem as experiências e o pensamento como instrumentos para a transformação. Consideramos, no entanto, que essa mudança só ocorre quando há consciência da ação pedagógica e qualidade na formação dos professores atuantes no sistema educacional, bem como interação de todos os profissionais da área da educação para que, “falando a mesma língua”, se prontifiquem a acolher os alunos com amor e muito comprometimento.

Portanto, é importante ressaltar o valor de estudos como este, cujo objetivo primordial é avaliar a visão da equipe multiprofissional em relação à inclusão, a fim de produzir estudos e trabalhos que possibilitem um melhor acolhimento e acompanhamento dos alunos que necessitem de inclusão.

Neste contexto, o presente estudo propõe conhecer o olhar da equipe multiprofissional da APAE do Prata no que se refere à inclusão de alunos com deficiência, tendo como hipótese que a inclusão no Brasil carece da atuação das três esferas de governo em preparar as escolas inclusivas para receber a contento os alunos com deficiência.

A pesquisa foi realizada com os profissionais da APAE e, embora o universo dos sujeitos fosse constituído de 10 profissionais, apenas três tiveram disponibilidade para responder o instrumental utilizado, o que fez com que o estudo fosse desenvolvido por amostragem.

Na coleta das informações foram utilizados dados qualitativos, desenvolvido por meio de entrevista estruturada, com quatro questões (anexo). Isso permitiu que, além de coletar os dados, fosse possível perceber as reações não verbais com a utilização da observação assistemática.

O estudo está estruturado em três seções:

Na primeira seção é apresentado o processo da inclusão através de uma abordagem teórica, enfocando seus aspectos sociais e, ainda, os aspectos legais que buscam assegurar os direitos das crianças e adolescentes com deficiência.

A segunda seção trata do processo atual de inclusão escolar e contextualiza, também, a pessoa com deficiência (PcD) na família.

Na terceira seção terá uma breve contextualização da APAE do Prata e revela a discussão dos dados colhidos no desenvolver do estudo.

Para concluir o estudo, são apresentadas as considerações finais, assim como as referências.

2 O PROCESSO DA INCLUSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Esta seção apresenta a questão do processo de inclusão, através de uma abordagem teórica, salientando seus aspectos sociais e trata, ainda, dos aspectos legais que buscam assegurar os direitos das crianças e adolescentes com deficiência.

2.1 Processo de inclusão: uma perspectiva teórica

Para dar início ao tema é importante conhecer como, no decorrer da história, a humanidade conceituou a pessoa com deficiência e quais foram as concepções desenvolvidas durante toda história da educação especial.

De acordo com Buccio (2008), ser uma pessoa com deficiência nunca foi fácil, nem “aceitável”, com base nos padrões de normalidades estabelecidos pelo contexto sociocultural.

Todos os tempos foram marcados pela exclusão das pessoas com deficiência. Desde a antiguidade, quer na locomoção pelo espaço urbano, na educação, ou na oportunidade de trabalho. A ignorância, o preconceito, a superstição e o medo ainda dominavam grande parte da sociedade no que se refere à deficiência. As pessoas com deficiência eram, de alguma forma, eliminadas da sociedade, pois não representavam mão de obra produtiva e, muitas vezes, risco de sobrevivência para o grupo.

Com o poder social na mão do clero, na Idade Média, as pessoas com deficiência já não eram exterminadas, pois eram consideradas criaturas de Deus, embora ainda fossem expostas a situações constrangedoras nos asilos, conventos, casas de abrigo que os apartavam da sociedade. Muitos consideravam que a anormalidade era algo sobrenatural, demoníaco, que as pessoas com deficiência estavam pagando culpa de algum antepassado ou eram vítimas da cólera divina.

A partir do século XVI, na era moderna, as deficiências passaram a ser vistas como algo natural, embora não aceitável. Essa visão atraiu o olhar da medicina, a busca por curas, a ideia de desenvolvimento por meio de estimulação, e o interesse das áreas educacionais. As pessoas que se encontravam em asilos, hospitais ou sanatórios passaram a ser objeto de estudo das novas ciências, em especial da psicologia (BUCCIO, 2008, p. 45).

Assim, pode-se dizer que as raízes da discriminação social que ainda persiste em nosso meio social e cultural, ela está no passado, na história. Segundo Fonseca:

Inclusão não quer dizer absolutamente que somos todos iguais. Inclusão significa aceitar nossa diversidade e nossas diferenças com respeito. Quanto maior nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo (BUCCIO, 2008, p. 36).

Ou seja, é no reconhecimento respeitoso das diferenças que aprendemos uns com os outros.

Existe a necessidade de novos modelos de educação e de reconhecimento da importância do professor como mediador e conhecedor de novas tecnologias, cujo papel é fundamental. Além disso, a inclusão das pessoas com deficiência no ensino comum deve ser vista como forma de contribuir significativamente para estimulá-las a se comportarem ativamente diante dos desafios do meio. Dessa forma, a pessoa com deficiência poderá abandonar, na medida do possível, os estereótipos, os condicionamentos e a dependência que são típicos dela.

Assim sendo, explicar as dificuldades que as pessoas com deficiência encontram ao se depararem com os desafios do mundo e da vida, é tão inaceitável quanto aquelas que se referem às implicações socioculturais. É muito difícil romper o círculo da incompreensão e da exclusão em que se encontram as pessoas com deficiência, seja em função das dimensões biológicas, como psicológicas e socioculturais. Esta é uma tarefa que deve ser urgentemente abraçada pelos que se dedicam às questões das pessoas com deficiência, por suas famílias e pela escola, pois todos são papéis importantíssimos no ato de educar e desenvolver seres humanos melhores, capazes de interagir e, principalmente, respeitar o seu próximo, independente de sua condição. Apesar da enorme deficiência do sistema, devemos

lutar por uma sociedade mais justa, onde nossas crianças, desde bem cedo, aprendam a lidar com as diversidades.

2.2 Aspectos legais referentes aos direitos das crianças e adolescentes com necessidades especiais

No que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência, pode-se dizer que a sociedade tem evoluído quanto a informações sobre o assunto, mas grande parte desse público não tem acesso a eles e nem mesmo os conhece.

Segundo Fonseca (1995), em termos antropológicos, ser “criança”, ser “velho” representou, em vários períodos históricos e representa, ainda hoje, uma condição de subalternidade de direitos e de funções sociais.

Em algumas sociedades, como sabemos, a criança, a mulher e o idoso são vítimas de abusos de poder e de superioridade velados. O mesmo se passa quanto ao problema de cor da pele, em que o “racismo” se esboça como um espelho de ridículos complexos de superioridade e de opressão. As crianças com deficiência já são isoladas da escola comum e dificilmente, no Brasil, seus pais têm consciência de seus direitos. A problemática da deficiência está inserida neste contexto e em muitos aspectos reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade.

Implicitamente, há uma relatividade cultural na base de um julgamento que distingue os “deficientes” e os “não deficientes”. Essa relatividade obscura, tênue, sutil e confusa, procura de alguma forma, “afastar” ou “excluir” os indesejáveis, cuja presença ofende, perturba e ameaça a ordem social.

Uma das situações mais críticas da vida da pessoa com deficiência é a entrada na escola, isto é, a ruptura entre o envolvimento familiar e o envolvimento social. Daí a importância da entrada na escola ser realizada o mais cedo possível. Outro período crítico é a adolescência, período no qual os valores sociais e as aspirações se chocam com uma cisão da personalidade, de novo abalada e consciencializada pelo EU do deficiente.

A abordagem da problemática da deficiência deve e tem de ser mais positiva em termos de direitos humanos. A intenção de ajudar ou de rejeitar um indivíduo tem

um papel fundamental na sua socialização. Por isso, a melhor opção é não alimentar dicotomias (deficiente, não-deficiente), mas superá-las. Combater o preconceito é fundamental para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Essas medidas devem ser dimensionadas com uma ampla divulgação de informações relevantes pelos meios de comunicação, como filmes didáticos, programas de rádio e de televisão, colunas em jornais, escolas de pais, cursos de sensibilização do ensino secundário, etc. No entanto, essas ações não serão suficientes, se não houver uma atitude antissegregacionista, facilitando o convívio e o contato com as pessoas com deficiência.

A história da legislação brasileira, no que se refere à educação, tem sido prejudicada pela demora nas aprovações das leis, pois desde a década de 1940 várias discussões sobre o assunto têm sido alimentadas e vários projetos de lei surgiram de lá para cá sem, no entanto, surtirem o efeito desejado.

A Constituição Federal Brasileira, criada em 1988, também assegura direitos às pessoas com deficiência, como em seu Art. 205, que garante:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 124).

Observa-se que a Lei considera que todas as pessoas, independentes de suas diferenças, têm o direito aos atendimentos necessários ao seu desenvolvimento pessoal. Assim, o artigo atende à proposta inclusiva, garantindo a todas as pessoas o direito à educação, à cultura e à qualificação para o trabalho.

Mas é importante ressaltar a relevância de uma lei específica da educação, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que garante:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996, p. 19).

Apesar da grande importância da LDB, promulgada em 1996, ela deixa muitas dúvidas, até hoje não está bem esclarecida para os educadores. Muitos pais não são conscientizados dos direitos de seus filhos com deficiência e, mesmo quando conscientizados recebem uma resposta negativa em relação à aceitação de seu filho na

escola comum. Essa lei não privilegia o aluno com deficiência, muito pelo contrário. A palavra “preferencialmente” deixa muitas dúvidas e ainda reforça a escola especial como única alternativa para essas crianças. Isso não desmerece a importância das escolas especiais e seu papel na sociedade.

A idéia da inclusão fundamenta-se na possibilidade da construção de igualdade de condições a todos no que se refere ao atendimento educacional e profissional, objetivando, oportunizar o acesso e a permanência de alunos com deficiência no sistema educacional brasileiro.

A Declaração de Salamanca foi um marco neste processo. Entre 7 e 10 de junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, reuniram-se em assembléia os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, reafirmando o compromisso com a Educação para todos. Naquela oportunidade foi a Declaração de Salamanca que apresenta a Estrutura de Ação em Educação Especial, proclamando a importância da Educação Inclusiva, entendendo que as escolas devem buscar formas de educar as pessoas com deficiência " no sentido de modificar atividades discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva" (SALAMANCA, 1994 *apud* FOUCAULT, p. 07, 2001).

Vale ressaltar alguns trechos da Declaração de Salamanca, como:

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;

sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;

escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de

todo o sistema educacional (SALAMANCA, 1994 *apud* FOUCAULT, p. 01, 2001).

Portanto em relação aos marcos legais (LDB), é possível perceber avanços conquistados como a responsabilidade do poder público, a efetivação da matrícula na rede regular de ensino e a oferta de apoio especializado. No entanto, manteve-se a concepção tradicional de educação, ao prever classes, escolas ou serviços especializados para alunos considerados sem possibilidades de serem integrados no ensino regular em razão de condições específicas.

3 INCLUSÃO ESCOLAR E A QUESTÃO ATUAL DE SEU PROCESSO

Esta seção trata da inclusão escolar, ressaltando seu processo atual e contextualiza a pessoa com deficiência na família.

3.1 Inclusão escolar

Para compreender como teve início a inclusão no Brasil, é preciso tomar como referência a Constituição de 1988, registrando o direito público subjetivo a todos os brasileiros, incluindo as pessoas com deficiência. A partir daí, surgiram políticas públicas destinadas à educação das pessoas com deficiência presentes em diferentes espaços da legislação educacional da União, dos Estados e dos Municípios, ampliando e reproduzindo as referências à educação especial.

Inicialmente, o que impulsionou a criação de novas políticas públicas foi a Lei 7.853, de 1989, que reafirmou a obrigatoriedade da oferta de educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, a matrícula compulsória de pessoas com deficiência capazes de interagir no sistema regular de ensino, em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares.

A partir de 1988, surge, em 1996, uma preocupação com a responsabilidade do poder público em relação à matrícula das pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede comum de ensino, com os apoios especializados necessários.

Com a declaração de Salamanca, em 1994, registrou-se uma expansão continuada do ensino fundamental com a taxa de matrículas atingindo mais de 90% das crianças a partir dos sete anos de idade. Com isso, cresceu também o processo de escolarização dos alunos com deficiência.

Após estudos realizados, observa-se que ainda não há aumento da oferta de vagas junto ao ensino público regular e que a oferta de vagas para os alunos com deficiência em programas mais ou menos segregados, públicos ou privados, é ainda muito baixo frente à demanda. Ou seja, pode-se constatar que apesar do avanço das políticas públicas no âmbito da educação especial, o conhecimento da realidade ainda é bastante precário, pois não há estatísticas completas e confiáveis sobre o número de pessoas com deficiência em atendimento.

Ao observar as situações estruturais das escolas, segundo o PNE (Plano Nacional de Educação), em 1998, de acordo com dados levantados, apenas 14% dos estabelecimentos possuíam instalação sanitária adaptadas para alunos com deficiência, que correspondiam a 31% das matrículas. Os dados não informam sobre outras facilidades, como rampas e corrimãos.

A eliminação das barreiras arquitetônicas nas escolas é uma condição essencial para a integração dessas pessoas no ensino regular, constituindo uma meta necessária na década da educação. Outro elemento fundamental é o material didático-pedagógico adequado às necessidades dos alunos.

Apesar do crescimento das matrículas, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Dentre elas, destacam-se a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores das escolas regulares e a especialização para aqueles que lecionam nas novas escolas especiais.

Segundo Resende e Marciano (1995), não há como ter uma escola eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores e demais técnicos sejam preparados para atendê-los adequadamente. E quanto ao seu aspecto físico, é essencial estabelecer os padrões mínimos de

infraestrutura das escolas para receberem os alunos com deficiência e adaptar os prédios já existentes de acordo com os padrões regidos por lei.

Pode-se observar que a educação especial em Minas Gerais começa na década de 20, com a criação, em 1925, do Instituto São Rafael, em Belo Horizonte, através da Lei n 895/25 e, conquista seu espaço com o decreto Lei n 7970 de em 15 de outubro de 1927.

A década de 80 foi considerada um período significativo para a Educação Especial em Minas, sendo marcada pelo Ano Internacional das Pessoas Deficientes, devido a uma ampla participação popular exigindo políticas públicas que priorizassem questões sociais.

Inicialmente, o estado assume o compromisso de definir uma política pública com o intuito de ampliar as oportunidades para a pessoa com deficiência, em especial na escola comum, aperfeiçoando a qualidade do ensino, de forma que a educação especial facilitasse de fato o acesso do aluno á educação.

Mesmo com tantos avanços e conquistas, observa-se que em termos de políticas públicas houve poucas ações em relação à educação especial em Minas, apenas ações isoladas, tanto para a segregação quanto para a integração da pessoa com deficiência, além de campanhas que não alcançaram uma efetiva política igualitária para as pessoas com deficiência.

De acordo com o censo escolar de 2001, publicado pelo INEP, observou-se que de um total de 44.208 alunos com deficiência nas escolas, 10.074 estão matriculados na rede estadual, 2.761 estão na rede municipal e 31.373 estão matriculados na rede privada, não tendo nenhum matriculado na rede federal de ensino.

A partir dos dados apresentados acima, observa-se, ainda, uma grande diferença entre o número de alunos matriculados na escola pública e na escola privada, o que denota o pouco compromisso das escolas públicas com o atendimento educacional especializado, gerando uma prática escolar ainda excludente e preconceituosa.

Já o Censo Escolar de 2006, registra a evolução de 337.326 matrículas em 1998, para 700.624 em 2006 na Educação Especial, expressando um crescimento de 107%. Quanto à inclusão em classes comuns de Ensino regular, o crescimento é de

640% passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 alunos incluídos em 2006.

No que se refere ao Município do Prata, com aproximadamente 25.511 habitantes, o censo de 2007 demonstra o registro de 1.226 matrículas em escolas privadas, 4.058 matrículas em escolas públicas estaduais e 1.746 em escolas públicas municipais.

Com isso, conclui-se que é indispensável a criação de uma nova concepção de mundo e de escola, não mais voltada para o aluno padrão, mas que leve em conta a realidade dos próprios alunos, como a visão de mundo, as experiências, histórias de vida, cultura e valores, fazendo com que a educação especial esteja inserida numa educação geral.

É possível direcionar fatores considerados necessários para que uma escola se torne inclusiva, desde que as políticas públicas do município assegurem recursos, serviços e a oferta do atendimento educacional especializado, complementando ou suplementando a escolarização dos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, propiciando condições para a expansão e melhoria da qualidade da educação.

No entanto, é necessário que as escolas se preparem, com incentivos financeiros Federal, Estadual e Municipal, quanto ao espaço físico (acessibilidade), formação e qualificação dos profissionais, equipamentos para a escola e material didático-pedagógico (adaptado), de acordo com as necessidades específicas.

As escolas regulares e especiais do município do Prata têm se preparado, viabilizando meios para qualificação profissional com o objetivo de promover verdadeiramente a inclusão da pessoa com deficiência. Deve-se assegurar que haja um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento cognitivo compatível com a meta de inclusão e que adotem medidas não excludentes em relação às pessoas com deficiência do sistema educacional geral, sob alegação de sua deficiência.

Conforme relatos anteriores, o município do Prata vem cumprindo as exigências da nova legislação, ofertando recursos e atuando em comum acordo com o Conselho Municipal, que se empenha no apoio escolar. De acordo com a realidade do

município, há um trabalho de parceria com o objetivo de organizar a comunidade, os valores que nela prevalecem, as prioridades definidas pelas políticas públicas, bem como ações relacionadas à formação de docentes, infraestrutura e problemas vinculados às especificidades das diferentes condições socioeconômicas dos alunos.

3.2 A família e a pessoa com deficiência (PCD)

A evolução da família consanguínea para a monogâmica não ocorreu de uma forma linear através dos tempos.

Cada cultura prevalente num determinado momento evolutivo da humanidade nos ofereceu sua concepção singular da constituição familiar.

Assim é importante compreender que a família brasileira do final do século XIX recebeu, e ainda recebe, grande influência da família burguesa europeia, com a vinda da família real para o Brasil, principalmente nas elites urbanas em um contexto agrícola e escravagista.

Com o capitalismo, os processos de industrialização e urbanização determinaram profundas modificações na família e na modernização da sociedade. A família conjugal moderna (a família burguesa) caracterizava-se por uma ênfase na dicotomia relativa às atividades do homem e da mulher, distinguindo o trabalho produtivo (remunerado) do improdutivo (não remunerado, doméstico, invisível). (GUEIROS, 2002).

Essa família intimista excluía a mulher da produção e reforçava-a no papel de esposa e mãe, centrado no espaço doméstico, revalorizava-se o meio privado e os papéis femininos. A figura do pai era enaltecida como a mais importante nas decisões da casa e, também, no aspecto jurídico.

Os segmentos da classe média urbana, o modelo de família ideal eram ressaltados, nos quais cabia ao homem o sustento da família, e à mulher o cuidado da casa e das crianças. Esse modelo determinava também uma hierarquia que dava ao homem poder sobre a mulher e os filhos. Status e renda familiar eram atribuições do trabalho remunerado, em torno do qual se construíram as representações de papéis ligados à “natureza” dos sexos (GUEIROS, 2002).

Nesse período, os casamentos eram realizados entre parentes, como primos e até tios. Estas uniões eram comuns e tinham como objetivo a união de interesses, que se resumia em fortuna e pureza de sangue. Com isso, as propriedades ficavam preservadas para que nenhum estranho pudesse usufruir a fortuna, e a continuidade da raça e cor permanecia sem nenhuma miscigenação. Existia uma parte significativa da população que permanecia solteira e outros constituíam uniões chamadas de concubinato. Muitas destas escolhas ocorriam devido à segurança financeira que o marido deveria proporcionar à esposa, tanto em vida quanto após sua morte. Sendo assim, as pessoas de classe baixa preferiam viver juntas a construir um casamento ou matrimônio legal.

Estas são características de uma família patriarcal, onde a autoridade máxima é o pai. Nesse período, a família cumpria apenas a função de transmissão da vida, dos nomes, dos bens e não tinha nenhum envolvimento afetivo entre seus membros. Este modelo surgiu no período colonial e foi utilizada como referência para todas as famílias brasileiras.

Numa comparação entre as famílias do período colonial com as dos dias atuais, nota-se que a união entre famílias, amigos e até vizinhos continua ocorrendo como um sistema de troca, de ajuda recíproca, caracterizando-se como uma rede de assistência onde os mais fracos conseguem sobreviver às desigualdades existentes.

Segundo Gueiros (2002), o modelo de família patriarcal persiste até o século XX, pois somente a partir da Constituição de 1988, quando a mulher e o homem começam a ter igualdade em relação aos seus direitos e deveres, é que algumas mudanças começam a acontecer e vão além do modelo pré-estabelecido.

Com esse conhecimento obtido sobre a família, é importante deixar claro, que o papel dessa instituição (família) é imprescindível, no sentido de auxiliar a criança para que ela possa formular seu autoconceito. A participação dos pais assim como de toda a família deverá ser precoce e permanente.

Desde o início, é preciso dar à pessoa com deficiência uma chance de conhecer o mundo no qual ela está inserida, transmitindo-lhe um sentimento de segurança. Inúmeros estudos nos quais é abordada a importância do papel dos pais

com relação ao deficiente são ricos e sugestivos, mas a implementação concreta e objetiva de medidas preventivas e indispensáveis está muito longe de ser abordada.

Em muitos e variadíssimos casos, os pais, mesmo sem possuírem formação técnica pedagógica, conhecem profundamente as necessidades dos seus filhos, melhor do que muitos técnicos sem competência.

A família precisa ser paciente e esclarecida para enfrentar o problema da deficiência com tenacidade, ao invés de ficar supondo um erro de diagnóstico médico. O que ela deve fazer é não abandonar os outros filhos para compensar o deficiente, porque esta convivência entre os irmãos ajuda no desenvolvimento do deficiente, principalmente se os irmãos forem mais novos.

O processo de integração da pessoa com deficiência deve ser realizado com a participação da família, principalmente na fase da estimulação precoce, quando os professores ensinam aos pais atividades que devem ser realizadas no lar, como continuação do trabalho de estimulação precoce.

4 METODOLOGIA

O início do estudo foi executado com a formação teórica sobre o tema, iniciando com uma pesquisa bibliográfica e análise preliminar da pesquisa: Inclusão no Brasil e direitos de alunos com deficiência. Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é feita com base em material já elaborado, em livros ou artigos científicos. O autor enfatiza que essa pesquisa permite ao observador o acesso a uma série de informações muito maior do que se poderia pesquisar diretamente.

No segundo momento, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevista estruturada, meio eficaz de coletar dados e observar as reações não verbais através da observação assistemática.

No terceiro momento, houve a coleta de dados, quando os dados qualitativos foram transcritos e selecionados de acordo com as variáveis do estudo. Gil (2002) afirma, ainda, que o valor da pesquisa fica relacionado à forma como foram analisados e interpretados os dados; ou seja, o pesquisador deve controlar as variáveis intervenientes.

5 O OLHAR DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE CONTEXTUALIZADA NA APAE DO PRATA

Esta seção faz uma breve contextualização da APAE do Prata, instituição privada que atende pessoas com deficiência e retrata, também, a discussão dos dados colhidos no desenvolver do estudo.

5.1 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

A APAE do Prata foi fundada em 22/09/73, pelo Sr. Elias Queiroz Vieira, pai de três crianças com deficiência auditiva. A instituição iniciou suas atividades em maio de 1975 com apenas sete alunos. Sua missão consiste em articular e promover ações de prevenção, orientação, defesa de direitos, apoio à família e melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência para construção de uma sociedade justa e solidária, propiciar sua integração educacional, adaptação ao meio social em que vive e no mundo de trabalho, levando essa pessoa a superar sua deficiência e fazer parte da sociedade como elemento útil, oferecendo-lhe as condições imprescindíveis para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Prata é um município de grande extensão territorial, sendo sua principal atividade econômica a agricultura, com destaque para a produção de leite, daí a baixa condição de vida da maioria da população, trazendo como consequência a grande incidência de deficiência.

A APAE é a única instituição do município que oferece atendimento especializado à PcD, e enfrenta dificuldade para contratar recursos humanos especializados, pois as faculdades estão distantes, em cidades maiores. Vale ressaltar que essa distância não interfere na disponibilidade de vagas para estagiários na instituição, o que acontece freqüentemente.

A instituição conta com uma equipe multiprofissional bastante diversificada, composta por: assistentes sociais, fonoaudiólogas, fisioterapeutas, médicos (psiquiatra

e neurologista), pedagogas, psicólogas e terapeuta ocupacional, além de professores que se atualizam constantemente para atender às especificidades dos alunos. Cada setor desenvolve seu trabalho específico, bem como projetos em parceria com toda a equipe.

Serviço pedagógico: Trabalho comprometido com a Educação Especial e a melhoria do processo ensino-aprendizagem, através de métodos e técnicas adequadas ao nível intelectual de cada criança e sua integração ao meio social. São feitas avaliações constantes do progresso escolar.

Objetivo: Planejar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas na entidade, proporcionando condições favoráveis ao desenvolvimento educacional. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos alunos que foram integrados à rede regular de ensino.

Serviço Social: O profissional do setor é responsável pelo estudo do ambiente socioeconômico e cultural da família, propondo e executando mecanismos que visem à orientação familiar e à integração família-escola-comunidade.

Objetivo: Promover a integração escola-família-comunidade, através de:

- a) Triagem: primeiro contato da família com a instituição.
- b) Estudo sócio familiar.
- c) Orientação à família: visitas domiciliares para orientação quanto à utilização de recursos comunitários e para conhecimento da realidade familiar.
- d) Encaminhamento dos alunos a atendimentos específicos essenciais a suas necessidades.

Serviço de Fisioterapia: Ocupa-se da prevenção, habilitação e reabilitação motora, conforme necessidades individuais apresentadas pelos alunos.

Objetivo: Avaliação e trabalho de reabilitação em pacientes com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, sequelas de síndromes e paralisia cerebral. Atua junto ao setor de Educação Precoce.

A anamnese visa:

- Desenvolver a coordenação motora global;
- Esquema corporal;

- Estímulo do equilíbrio estático e dinâmico;
- Treino da marcha;
- Encaminhamento de casos mais sérios para a AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente.

Serviço de Psicologia: Tem por função principal contribuir com o diagnóstico interno disciplinar e dar atendimento terapêutico ao educando, bem como participar das bases de um programa adequado, orientação à família, professores e outros profissionais.

Objetivo: Contribuir com o diagnóstico interdisciplinar e dar atendimento terapêutico ao educando, bem como participar das bases de um programa adequado de orientação à família, professores e outros profissionais, participar ativamente do serviço de educação precoce, subsidiar professores dos alunos advindos da rede regular de ensino, acompanhando-os e reavaliando-os sempre que necessário.

Serviço de Fonoaudiologia: Avaliar o desenvolvimento da aprendizagem, acompanhar pacientes neurológicos que possuem limitações físicas e propiciar a estimulação da linguagem em casos de redução e ausência de fala adequar funções estomatognáticas e trabalhar com a alimentação, caso necessário.

Objetivo: Atender primordialmente a demanda infantil, visando à promoção da saúde. O trabalho desta especialidade é basicamente voltado para o desenvolvimento da aprendizagem, linguagem, fala, entre outros, a fim de propiciar o desenvolvimento de habilidades linguísticas e cognitivas através da estimulação neurocognitivista, trabalhando funções corticais do cérebro, designadas “funções corticais superiores”, tais como, a atenção, a orientação temporal e espacial, a memória de retenção de informações auditivas e visuais em curto e longo prazos, adequar funções estomatognáticas, sistema motor oral, gerenciar disfagia e alimentação.

Serviço de Terapia Ocupacional: Prevenir, orientar e desenvolver ações para suprir as necessidades dos educandos e proporcionar funcionalidade e independência nos ambientes escolar, familiar, social, de trabalho, de lazer e outros de vivência do educando.

Objetivo: promover ações que propiciem a inserção do portador de deficiência na família/escola/comunidade e no mercado de trabalho, desenvolvendo

programas voltados para a educação profissional e sua inclusão na família, escola e comunidade.

Serviço Médico: É responsável pelo registro da história clínica dos alunos e pela orientação da equipe quanto aos aspectos de saúde e qualidade de vida no processo de atendimento dos educandos.

Objetivo: Participar do processo de avaliação, realizando diagnóstico, prescrever a terapia medicamentosa requerida em cada caso; encaminhar os educandos para os exames que se fizerem necessários para fins de diagnóstico e tratamento.

A instituição conta, também, com vários programas desenvolvidos durante todo o ano, tais como:

Programa Casa Lar: Atendimento proporcionado a 08 (oito) pessoas com deficiência, como medida de proteção e abrigo, previsto no artigo 92, da Lei nº 8.069/90 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, e no artigo 2º, da Lei nº 8.742/93 – LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

Objetivo: Oferecer serviços especializados a oito pessoas com deficiência, atendendo suas dificuldades, visando sua inclusão social e seu desenvolvimento integral. A APAE assumiu, perante a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE) o compromisso de, ao receber as pessoas indicadas pela própria Secretaria, tê-las sob sua guarda e responsabilidade, mantê-las e cuidar de sua saúde, educação e instrução, de acordo com os princípios definidos pelo ECA e pela LOAS.

Programa APAE Educadora: Esse programa abrange Ensino Pré Escolar, Ensino Fundamental, Escolarização de Jovens e Adultos e Formação Profissional, dentro de uma visão inclusiva/transformadora, valorizando o ritmo próprio e as características pessoais da PcD.

Objetivo: Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, preparando o indivíduo para o exercício da cidadania, fornecendo os meios para ele progredir no estudo e no trabalho, bem como fortalecer os vínculos de família, a solidariedade humana e a tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Programa de Autodefensoria: Programa desenvolvido pelo Serviço Social da APAE, é um movimento presente em várias APAEs, onde os alunos têm espaço para sugestões e idéias, visando a seus direitos. O autodefensor tem a função de defender os interesses dos demais colegas da APAE, sugerindo ações de aperfeiçoamento. Esse programa é o elo entre os alunos, a diretoria da instituição e a própria sociedade.

A APAE de Prata tem dois representantes em cada um dos Conselhos Municipais: de Saúde (CMS), dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Pessoa com deficiência (CMPcD), da Educação (CME) e da Assistência Social (CMAS).

As Festas da Páscoa, das Mães, Junina e de Natal, Feijoada Beneficente e as Comemorações da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência já são tradição na APAE, com mobilização de todas as escolas comuns da cidade. Na comemoração do Natal há distribuição de presentes aos alunos, exposição dos trabalhos confeccionados por eles, que também participam das olimpíadas regionais, estadual e, com muito orgulho, na nacional. Os alunos participam, ainda, dos festivais de arte, tanto regional quanto estadual; de números artísticos nas conferências municipais; das comemorações de aniversário da cidade (desfiles); do carnaval, com recreação interna; das comemorações mensais de datas cívicas, de passeio ecológico em município vizinho (Uberlândia), e de atividades de inserção religiosa. Há divulgação de todo trabalho realizado na instituição no jornal local.

Portanto, pode-se dizer que o papel da entidade é o de dar embasamento necessário aos alunos, principalmente para que eles façam suas opções, consolidem os seus valores e consigam elucidar as suas escolhas, oferecendo a possibilidade de ampliar horizontes sobre assuntos, como: solidariedade, construção de paz, cidadania, ecologia, meio ambiente, e valores como amizade, cooperação, diálogo, responsabilidade e respeito. E nesse contexto, os objetivos foram alcançados.

Analisando os cinco programas do Projeto Águia, ainda se tem muito a alcançar, principalmente no que se refere aos programas de autodefensoria e educação profissional. São dois programas ainda não compreendidos; que requerem melhores treinamentos para determinar o perfil dos profissionais mais indicados para atuarem nessas áreas.

Na área da Educação Profissional, a maioria de nossos alunos maiores de 18 anos de idade e com possibilidades de trabalho, está inserida no mercado formal de trabalho, com carteira assinada, graças à lei de cotas para deficientes, que as empresas são obrigadas a cumprir.

Existe um bom entrosamento com as áreas de saúde pública municipal, com atendimento prioritário aos nossos alunos, tanto na área médica quanto na odontológica.

Graças ao credenciamento pelo SUS, a equipe multiprofissional está completa com parte dos profissionais de outras cidades ou estados.

Nesse sentido e diante dos dados apresentados, pode-se dizer que a instituição é importantíssima no que diz respeito aos atendimentos de alunos com deficiência do município, pois demonstra estar preparada, com recursos humanos e físicos adequados para os devidos atendimentos.

5.2 O olhar da equipe multiprofissional em relação à inclusão de alunos com deficiência: uma análise contextualizada dos dados

A escola apresenta-se como uma das mais importantes instituições sociais por fazer, assim como outras, a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Ao transmitir a cultura e, com ela, modelos sociais de comportamento e valores morais, a escola permite que a criança “humanize-se, cultive-se, socialize-se ou, numa palavra, eduque-se” (Bock, 2002, p.261). A criança, então, vai deixando de imitar os comportamentos dos adultos para, aos poucos, apropriar-se dos modelos e valores transmitidos pela escola, aumentando, assim, sua autonomia e seu pertencimento ao grupo social.

Assim, há uma grande necessidade de efetivação da inclusão escolar com os atendimentos adequados, mas ainda há muito o que fazer para que ela realmente aconteça: definição e execução de papéis e outras ações essenciais para que as pessoas com deficiência sejam acolhidas e acompanhadas como todos os demais. Isso pode ser percebido nos depoimentos dos profissionais da APAE, quando indagados se acreditavam na efetivação da Inclusão Escolar:

Sim, em tempos distantes, após a capacitação e sensibilização de profissionais e trabalhos em parceria... (**Entrevista 1** concedia aos autores, Prata, Janeiro de 2020).

Não muito, pois percebo o desinteresse das três esferas de governo (Federal, Municipal e Estadual). As discussões ainda estão muito no papel, ou seja, longe de se ver acontecer... (**Entrevista 3** concedia aos autores, Prata, Janeiro de 2020).

Pode-se dizer que o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola decorre não apenas das possibilidades de se conseguir progressos significativos por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes, mas, também, do trabalho coletivo de todos os profissionais engajados na conquista de resultados positivos. No que diz respeito à instituição pesquisada, observa-se que algo está sendo feito em relação à inclusão escolar, já que há alunos inseridos que receberam preparação e acompanhamento na escola regular de ensino. Esse trabalho pode ser notado nos depoimentos colhidos, quando foi perguntado se a APAE de Prata tem se preparado para que a inclusão realmente aconteça:

Sim, pois, todos nós, profissionais da APAE de Prata, sabemos da importância de incluir os nossos alunos na escola comum. Sendo assim, temos o dever de nos comprometer e de contribuir com a construção da inclusão escolar em nosso país (**Entrevista 2** concedia aos autores, Prata, Janeiro de 2020).

Sim, uma vez que os alunos que estão preparados são inseridos na rede regular de ensino e, posteriormente, são acompanhados (**Entrevista 3** concedia aos autores, Prata, Janeiro de 2020).

A proposta da inclusão fundamenta-se, portanto, numa filosofia que possibilita a construção de igualdade de condições a todos no que se refere ao atendimento educacional e profissional, objetivando oportunizar o acesso e a permanência de alunos com deficiência no sistema educacional brasileiro.

Contudo, existem vários problemas no ensino que são vivenciados nas escolas brasileiras, a começar pela falta de infraestrutura para atender às necessidades dos alunos, independentemente do seu nível de ensino e limitação. Nesse sentido, percebe-se, diante dos depoimentos abaixo, quais são os requisitos principais para que a inclusão escolar se efetive:

São vários os requisitos para que a inclusão escolar, de fato, aconteça; e para mim um dos principais requisitos é a acessibilidade... não estou me referindo a banheiros adaptados, barras de apoio, rampas, etc. Estou me referindo à

acessibilidade ao acolhimento, carinho, amizade, do permitir, do fazer parte, do conviver, do acreditar (**Entrevista 2** concedia aos autores, Prata, Janeiro de 2020).

Percebe-se que as escolas públicas ainda estão muito aquém do que seria necessário para a inclusão escolar acontecer. Vários municípios conseguem se sobressair com algumas ações que se sobressaem a outras. No que diz respeito ao município em questão, diante dos depoimentos dos profissionais de Escola Especial, observa-se que a cidade tem buscado meios para que a inclusão aconteça na região. Quando perguntado aos profissionais se eles acreditam na efetivação da inclusão escolar no município pesquisado, eles responderam:

Sim, porque a inclusão escolar é um caminho a ser buscado por todos com compromisso, responsabilidade e, sobretudo, com a crença de que é possível acontecer (**Entrevista 2** concedia aos autores, Prata, janeiro de 2020).

Sim, em tempos distantes após a capacitação e sensibilização de profissionais saindo do papel, trabalhando em parcerias, ter novos olhares perante o ser deficiente... (**Entrevista 2** concedia aos autores, Prata, Janeiro de 2020).

Frente aos dados analisados, percebe-se que a hipótese foi confirmada, tendo em vista que a inclusão no Brasil, embora tenha sido muito discutida e debatida dentro do sistema educacional, carece da atuação das três esferas de governo para preparar as escolas inclusivas para receberem os alunos com necessidades especiais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação Especial desenvolveu-se em um grande contexto educacional marcado por grandes transformações políticas, sociais e econômicas.

Constata-se em primeira instância, que a Educação Especial é um assunto cujas perspectivas ainda estão crescendo lentamente, porém, já é um campo muito discutido por profissionais que atuam na área educacional. É preciso que haja esclarecimentos por parte dos órgãos competentes, para que não seja um campo obscuro e de difícil acesso.

O atendimento a crianças com qualquer tipo de deficiência deve ter início o mais cedo possível, com a participação fundamental dos pais, sua integração dinâmica com os profissionais, educadores e o meio em que vive. O empenho e o carinho

representam o primeiro passo para uma pessoa diferente que veio ao mundo. Sem o apoio doméstico não há autoestima e os obstáculos podem parecer insuperáveis.

Pouco a pouco, graças a ONGs como a AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente) e as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), a questão da deficiência foi saindo do âmbito da saúde. Afinal, deficiência não é doença. A integração desse indivíduo na sociedade significa a modificação da mesma como pré-requisito para que as pessoas com deficiência possam se desenvolver e exercer a cidadania. Dessa forma, observa-se que a Educação Especial está voltada para as diferenças individuais.

Apesar do trabalho desenvolvido pela Educação Especial, a rede regular de ensino não está adequadamente estruturada para atender esses alunos e, por isso, há tantas crianças sem atendimento apropriado. No entanto, algum avanço aconteceu.

Muita coisa precisa ser feita em prol da Educação Especial. É preciso conscientizar a sociedade para o fato de que a pessoa com deficiência deve usufruir o direito de cidadania em sua plenitude, não devendo discriminá-la e, sim, estimulá-la a desenvolver suas potencialidades para integrar-se à sociedade e entrar no mercado de trabalho, de acordo com suas aptidões.

Para que isto aconteça, é necessária uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade mais democrática e menos excludente. Há uma grande necessidade de conscientização da sociedade em relação aos direitos dessas pessoas (PcD), para que a mesma seja verdadeiramente incluída na sociedade e faça parte dela. Ou seja, colocar em prática as ações inclusivas, deixando para trás as discussões e exigindo o cumprimento dos deveres pelas três esferas de governo (municipal, estadual e federal).

Assim, propõe-se que profissionais qualificados-assistentes sociais, psicólogas, pedagogas e terapeutas ocupacionais – realizem, junto às escolas inclusivas, o acolhimento e acompanhamento do aluno com necessidades educativas especiais e de suas famílias. Isso confirma a hipótese deste trabalho que relata que embora a inclusão no Brasil tenha sido um assunto muito discutido e debatido dentro do sistema educacional, há uma grande carência da atuação das três esferas de governo em preparar as escolas inclusivas para receber os alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

BOCK, A.M.B. Furtado. O. Teixeira, M.L.T. **Psicologias**. Uma introdução ao estado da psicologia. São Paulo: Saraiva 2002.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. 9394/1996.

Brasil. **Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação- PNE**. Ministério da Educação. Brasília: Inep, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUCCIO, Maria Isabel. **Educação Especial: uma história em construção**/ Maria Isabel Buccio, Pedro Augustinho Buccio. 2.ed.-Curitiba: Ibpx, 2008, 99p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. *In*: FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FONSECA, V. da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce – uma introdução as idéias de Feuerstein; Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/ Antonio Carlos Gil- 4 ed - São Paulo: Atlas 2002.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade. N° 71**. São Paulo: Cortez, 2002.

Júlio Romero Ferreira. Lei Federal nº. 4024/61. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *In*: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.in.gov.br/mp._leis/leis_texto.asp. Acesso em: 23 jun. 2020.

Júlio Romero Ferreira. **Políticas Educacionais e Educação Especial**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/te15>. Acesso em: 04 abr. 2020.

MANTOAN, M. T. É. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. Editora Senac: São Paulo, 1997.

MANTOAN, M. T. É. **MEC**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 02 abr. 2020.

RESENDE, Márcia Helena Siervi. **História das Políticas Públicas de Educação Especial em Minas Gerais**: um espaço em discussão. Disponível em: <http://www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/e5marres.pdf>. Acesso em: 19. fev 2020.

ANEXO A – Questionário da pesquisa

- 1) Em sua opinião, quais são os principais requisitos para que a Inclusão Escolar se efetive?
- 2) Você acredita na efetivação da Inclusão Escolar no nosso Município? Por quê?
- 3) Em sua opinião, as Escolas estão preparadas para que a Inclusão Escolar aconteça?
- 4) A APAE de Prata tem se preparado para que a Inclusão Escolar realmente aconteça?